

Ações de Pastas ▼

ARQUIVO

CEDAE

INEA

Consulta Pública 07 - Processo nº E -12/003/361/2015 de Presidência CEDAE

10-09-2015 (15:29:56 BRT)

 Text part (3 KB)  

Imagens foram bloqueadas nesta parte da mensagem.
Exibir Imagens?

Prezados,

Cumprimento-o respeitosamente, sirvo-me do presente para enviar, conforme arquivo em anexo, as contribuições referentes à Consulta Pública 07/2015, Processo nº E - 12/003/361/2015- **"Proposta de Instrução Normativa - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE EM INFORMAR À AGENERSA SOBRE NOTIFICAÇÃO/AUTUAÇÃO DE ÓRGÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL QUANTO A DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL OU DE SAÚDE PÚBLICA E DÁ OUTRAS Providências."**, como forma de colaboração para a regulação prevista na Lei nº 4.556/2005 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 45.344/2015.

Informo que as alterações e suas respectivas justificativas estão dispostas em vermelho.

Presidente Jorge Briard

SUGESTÕES DA CEDAE PARA CONSULTA PÚBLICA 07/2015 REFERENTE AO PROCESSO nº E-12/003/361/2015.

(OBS: AS ALTERAÇÕES E SUAS RESPECTIVAS JUSTIFICATIVAS ESTÃO DISPOSTAS EM VERMELHO).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CODIR Nº. ____
DE ____ DE ____ DE 2015**

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTO - CEDAE EM INFORMAR À AGENERSA SOBRE NOTIFICAÇÃO/AUTUAÇÃO DE ÓRGÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL QUANTO A DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL OU DE SAÚDE PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O CONSELHO-DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

- Considerando o disposto nos artigos 13º e 15º parágrafo único do Decreto nº 45.344, publicado em 17 de agosto de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - A Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE deverá enviar, bimestralmente, à AGENERSA, relatório informativo sobre eventuais notificações/autuações de Órgão Municipal, Estadual ou Federal quanto ao descumprimento da Legislação Ambiental ou de Saúde Pública.

Art. 2º - Nos relatórios informativos previstos no artigo 1º, a CEDAE deverá apresentar o teor das notificações/autuações bem como as providências adotadas, o pronunciamento final do órgão fiscalizador e outras informações pertinentes.

Art. 3 - A AGENERSA comunicará a CEDAE e o órgão responsável pela fiscalização Ambiental ou de Saúde Pública, caso tenha ciência ou constate possível/efetivo, descumprimento da legislação ambiental vigente.

(Supressão do artigo 4º)

Art. 4º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

(Justificativa: O Decreto 45.344/15, que determina as condições gerais para a regulação da CEDAE pela AGENERSA, estabeleceu em seu art. 15 § único que a regulação não abrangerá questões relacionadas ao meio ambiente e a qualidade de água, que, conforme a legislação vigente, ficarão a cargo dos órgãos ambientes responsáveis por essa fiscalização. Assim, nos termos da legislação vigente, a fiscalização exercida para tais finalidades não é de competência da AGERNESA, que, nos termos da proposta apresentada, estará usurpando a competência dos órgãos competentes para a fiscalização da legislação ambiental e saúde pública. Por todo o exposto, sugere-se a alteração dos artigos 1º, 2º e 3º, bem como a supressão do art. 4º, na forma proposta.)

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2015.

JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA
Conselheiro-Presidente

LUIGI EDUARDO TROISI
Conselheiro

MOACYR ALMEIDA FONSECA
Conselheiro

ROOSEVELT BRASIL FONSECA
Conselheiro

SILVIO CARLOS SANTOS FERREIRA
Conselheiro